



AS REGULARIDADES DISCURSIVAS NO PROCESSO DE DESCRIÇÃO DA LIBRAS

Geralda Iris de Oliveira

Universidade Federal de Rondônia

E-mail: g.irisoliveira@unir.br

Marília Lima Pimentel Cotinguiba

Universidade Federal de Rondônia

E-mail: marhil@unir.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar o processo de descrição da Língua Brasileira de Sinais em fragmentos de cinco livros que descrevem a LIBRAS, à luz da teoria foucaultiana e outros teóricos da análise de discurso francesa. A escolha do *corpus* levou em conta o reconhecimento e a circulação desses livros no Brasil. A análise procurou encontrar as regularidades discursivas presentes nos enunciados que tentam conferir às línguas de sinais o mesmo status linguístico das línguas orais e que descrevem os aspectos linguísticos da LIBRAS. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo que utiliza a metodologia da ADF. Para uma análise mais produtiva, os fragmentos selecionados foram divididos em categorias, a saber, 1. aqueles que se referem às línguas de sinais como sendo línguas naturais; 2. aqueles que se referem à modalidade das línguas de sinais em contraposição com a modalidade oral-auditiva; 3. aqueles que se referem às crenças e preconceitos que envolvem as línguas de sinais; 4. aqueles que se referem à estrutura interna dos sinais na LIBRAS; 5. aqueles que se referem à presença do sujeito surdo nos livros de descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS. O referencial teórico utilizado foi, sobretudo, Foucault (1996; 2002), além de outros autores.

Palavras-chave: LIBRAS. Regularidades discursivas. Discurso.

Introdução

Sabe-se que as línguas de sinais sempre foram vistas no mundo como mímicas, gestos, representação concreta da realidade, enfim, como linguagem e não como língua natural. Isso tem se propagado desde a antiguidade até os dias de hoje, constituindo um dos discursos sobre as línguas de sinais que circula na sociedade. No entanto, outros discursos têm se formado acerca das línguas de sinais. Na década de 1960, com a descrição da ASL (Língua de Sinais Americana) feita por William Stokoe, nos Estados Unidos e com a publicação de seu artigo em que reúne indícios, embasados em teorias linguísticas, de que as línguas de sinais são completas e possuem universais linguísticos como as línguas orais, começou a circular um

discurso que se confronta com o de línguas de sinais considerada apenas como “língua”.

No Brasil, a língua de sinais usada nos centros urbanos é a LIBRAS, reconhecida oficialmente como a língua da comunidade surda brasileira, devido à lei nº10.436/2002. Antes que a referida lei fosse sancionada, houve inúmeros estudos desenvolvidos por autoras brasileiras como: Lucinda Ferreira Brito, Tanya A. Felipe, Ronice Quadros, Lodenir Becker Karnopp, Sueli Fernandes e Karin Strobel, que em parceria com a comunidade surda assumiram uma atitude política e conseguiram movimentar a sociedade para que ocorresse tal reconhecimento. Assim, vários trabalhos têm se dedicado a descrever a LIBRAS e a tentar desmistificar as concepções que se formaram durante um longo período. Este trabalho se diferencia dos demais devido a seu caráter analítico que se propõe a investigar os inúmeros discursos que envolvem a LIBRAS, a surdez e os surdos, visto que em torno da representação da surdez como deficiência se originaram diversos discursos que se entrecruzaram e constituíram formações discursivas as quais intentamos abordar e investigar.

O motivo desta escolha se deu pelo fato de que a LIBRAS ainda se encontra em um processo de descrição, os estudos são recentes e por ser uma língua de modalidade espaço visual percebe-se, nos livros, um discurso que tenta posicionar a línguas de sinais no mesmo patamar que ocupam as línguas orais, o de línguas naturais.

Desse modo, este trabalho consiste na análise dos livros que descrevem os aspectos linguísticos da LIBRAS, por meio de um estudo sincrônico que revelam como a língua realmente está sendo usada, por quem essas sentenças são produzidas e em que período.

Os fragmentos de textos foram escolhidos a partir de cinco livros de descrição da LIBRAS de maior reconhecimento e circulação na sociedade brasileira, e levando em conta um aspecto observado como frequente nos livros, qual seja, a afirmação de que as línguas de sinais são línguas naturais.

Nesta análise de regularidades discursivas dos fragmentos de textos dos livros de descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS, analisamos trechos de cinco livros de descrição, objetivando através das formações discursivas perceber e apontar os

enunciados que revelam as regularidades do discurso que tenta cientificizar a LIBRAS. Ademais, nos textos destes livros há os discursos sobre a surdez e os surdos, o discurso pela educação dos surdos e, dos surdos sobre si mesmos, o que demonstra as representações acerca dos surdos e das identidades em formação dos surdos.

Vale ressaltar, ainda, que este artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado mais ampla realizada no período de 2014 a 2016, no âmbito do PPGML, da Universidade Federal de Rondônia.

Análise do Discurso – Linha Francesa

Ao utilizar a ADF para analisar os fragmentos de textos retirados dos livros de descrição da LIBRAS, entendemos que se faz necessário apresentar os conceitos da teoria que embasou as análises do *corpus* desta pesquisa. Nesse sentido, não faremos uma discussão de todo o arcabouço teórico da AD de linha francesa, visto que seria inviável para o propósito deste trabalho.

Dessa forma, é importante sublinhar que nossa escolha foi motivada pelas observações e análises do *corpus* selecionado, qual seja, os fragmentos de textos dos cinco livros que descrevem os aspectos linguísticos da LIBRAS. Para tanto, apresentaremos, inicialmente, alguns aspectos da fundação da AD de linha francesa e, posteriormente, alguns conceitos de Michel Foucault e Michel Pêcheux.

A Análise do Discurso (AD) de linha francesa tem seu surgimento no final dos anos 60, e segundo Gregolin (2003)

Para Malidier (1997) a história da Análise do Discurso na França pode ser lida através de uma dupla fundação, no final dos anos 60, nas figuras de Jean Dubois e de Michel Pêcheux. Apesar das diferenças, os dois fundadores tinham como pano de fundo o panorama da França da época. Dubois e Pêcheux eram ligados ao marxismo e à política (GREGOLIN, 2003, p. 23).

Jean Dubois era um lexicólogo e linguista autor de um texto que é considerado como “manifesto” da AD e Michel Pêcheux era filósofo, ligado a Althusser, daí sua filiação ao materialismo histórico. Pêcheux publicou *Analyse Automatique du Discours*, obra que, de acordo com Gregolin (2003), inaugura uma abordagem

transdisciplinar convocando uma teoria linguística, uma teoria da história e uma teoria do sujeito.

Os dois fundadores da AD a analisavam de pontos de vista diferentes. Dubois pensava a AD como uma continuação natural da Linguística e Pêcheux a concebia como um campo novo de investigação com um novo objeto, o discurso, sendo articulado entre o linguístico e o histórico.

A AD, desde a sua fundação até se consolidar como área de entremeio, passou por constantes reformulações e problematização de suas bases epistemológicas. Sendo assim, Michel Pêcheux e seus colaboradores influenciaram sobremaneira esse processo que articulou três regiões do conhecimento criando um campo transdisciplinar. Da linguística (processos de enunciação), da teoria do discurso (processos semióticos), do materialismo histórico (releitura de Marx feita por Althusser) sendo que essas regiões são atravessadas por uma teoria de subjetividade de natureza psicanalítica (Lacan e sua leitura das teses de Freud). Concebida assim, a AD promove uma ruptura epistemológica relacionada ao que se praticava nas ciências humanas.

Dentre os nomes que se destacaram por proporcionar a construção da AD temos o de Michel Foucault que com a noção de formação discursiva colaborou com o campo que se formava em torno do objeto “discurso”. Suas ideias foram determinantes para a AD, visto que em *Arqueologia do Saber*, publicado em 1969, ele não só discorre sobre seus trabalhos anteriores como também aborda uma série de conceitos relevantes para a abordagem do discurso. De acordo com Azevedo (2013), o uso da palavra arqueologia remete ao procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas dos discursos pronunciados sem, no entanto, tentar compreender plenamente um determinado saber na sua origem. O que se pretende é entender como os discursos se articulam, como eles acontecem e em que lugar eles ocorrem. Sendo também de interesse, nesse sentido, entender o que os discursos produzem no sujeito e em que momento histórico o fazem. Trata-se de encontrar as condições de possibilidade dos discursos.

2.1.1 Pêcheux

Michel Pêcheux nasceu em Tours em 1938 e morreu em Paris em 1983. Estudou filosofia na *École normale supérieure*, em 1959. É considerado o fundador da Escola Francesa de Análise do Discurso e teve como uma de suas principais influências a teoria sobre ideologia do filósofo Louis Althusser de quem foi aluno. Pêcheux, junto com seus colaboradores, propôs teorizar sobre a natureza complexa do discurso sendo este o lugar de onde se pode observar e analisar a relação entre língua (materialidade) e ideologia.

Althusser em “Aparelhos Ideológicos do Estado” faz uma reflexão sobre ideologia e formula duas teses acerca desse conceito: 1) “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as condições reais de existência.” Althusser (1992, p. 85) “uma ideologia existe em um aparelho e em sua prática ou práticas. Essa existência é material” (p. 89). Assim, infere-se que a noção de ideologia não se reduz às ideias, mas ela é feita de prática ou práticas. Esse conceito de ideologia é trazido para AD considerando-o como condição de existência do discurso, e conseqüentemente, do sujeito. A ideologia é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer (ORLANDI, 2009, p. 46).

Para Pêcheux (1999), o sujeito não é a origem do seu dizer ele é afetado pela ideologia, pelo histórico e não tem o controle sobre essa afetação. Os sentidos já estão construídos nas sociedades e circulam em uma memória do dizer denominada em AD como memória discursiva.

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto, que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) (PECHEUX, 1999, p.52).

Essa memória que ativa elementos pré-construídos, já citados em algum momento histórico e, em que os sujeitos se encontram inscritos, constituem os sentidos no discurso. Com isso, percebe-se que o indivíduo não está livre para escolher resolutamente, numa determinada situação, o que falar, pois o seu dizer carrega consigo outros dizeres trazidos por discursos outros que figuram em uma memória coletiva.

O sujeito discursivo na AD não é a matriz dos sentidos, ele é constituído por falas de outros sujeitos, contrariando um idealismo presente na linguagem. Desse

modo, Pêcheux considera que o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimentos: 1) o ideológico: o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz; e, 2) enunciativo: o sujeito esquece que há outros sentidos possíveis. Tal afirmação se configura na AD pelo fato de, em sua constituição como disciplina de entremeio, considera o sujeito como social e histórico, interpelado pela ideologia, dotado de inconsciente, contudo acreditando estar sempre consciente. O sujeito (re) produz discursos que figuram num “já lá” que Pêcheux denominou de interdiscurso.

Em AD, o conceito de interdiscurso é essencial para se entender como o discurso produz efeitos de sentido entre interlocutores. Uma vez que é a partir dele que o sujeito produz enunciados em um determinado momento histórico. De acordo com Orlandi (1992),

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciativo. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso. (ORLANDI, 1992, p.89-90)

Assim, o interdiscurso funciona como algo acionável pelo sujeito e exterior a ele. Entrecruzado por outros discursos e sendo imperceptível pelo sujeito devido ao esquecimento número 1. Dessa forma, percebemos que os discursos não são fixos, estão em constante movimento e passam por transformações sociais e políticas vividas pelo homem em sociedade.

O estudo do discurso e de como ele se materializa na língua, além de considerar que os sentidos das palavras não são imanentes, tenta evidenciar que esses sentidos se constroem dentro de um interdiscurso em que o sujeito está inscrito considerando a relação do discurso com a história, ou seja, ele é determinado por uma exterioridade que nos remete a afirmação de Orlandi (2009), em que, etimologicamente, a palavra discurso tem em si a ideia de curso, de percurso, de movimento. Assim, o discurso é a palavra em movimento, de modo que o analista do discurso observa o homem falando em um processo histórico contínuo.

Sob a perspectiva da AD, é relevante ressaltar que o conceito de história com que se trabalha não é o tradicional expresso pela dimensão temporal e cronológica

em que se considera a evolução. Prefere-se falar em termos de “historicidade” constitutiva dos discursos, evitando-se, assim, a confusão dos termos.

Tratando-se da compreensão de como ocorrem os processos discursivos conforme a AD propõe, percebe-se o funcionamento de uma organização linguística em uma relação com a exterioridade da língua, trazendo para a análise o que a linguística tradicional deixa de fora, o componente histórico. Desta forma, o discurso não pode ser analisado como uma estrutura fechada em si mesma, ele deve ser posto em relação ao “conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 1993, p. 79,) o que nos permite afirmar a determinação da exterioridade como uma condição da produção do discurso. Dessa forma, para Orlandi (2009)

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. De acordo com isso, o sujeito ao enunciar utiliza a materialidade da língua e sua exterioridade. (ORLANDI, 2009, p.30)

Ainda em relação às condições de produção, a autora acrescenta que, se as considerarmos em sentido estrito, temos as circunstâncias da enunciação, é o contexto imediato. E, se as considerarmos em sentido amplo, temos as condições de produção, que por sua vez, incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 2009, p. 30).

A AD, concebida por Pêcheux e seus colaboradores, elegendo o discurso como objeto de estudo, busca compreender como os processos discursivos provocam efeitos de sentido em sujeitos historicamente determinados e ideologicamente constituídos, pois nosso dizer provém sempre de algum lugar da história, sendo a memória o mecanismo que possibilita esta relação entre o já-dito e o dizível. O interdiscurso disponibiliza dizeres que o sujeito, em face de uma ilusão de ser a origem do dizer, o faz pensar que seu discurso é reflexo do seu pensamento.

2.1.2 Foucault

Michel Foucault nasceu em Poitiers, 15 de outubro de 1929, na França; foi filósofo e crítico literário, graduou-se em História, Filosofia e Psicologia, diplomata no exterior, volta à França e lança seu grande sucesso, “A história da loucura na Idade Clássica” em 1961. Escreveu diversos livros e artigos durante toda a sua vida, deixando para a posteridade uma enorme produção bibliográfica que perpassa diversas áreas do conhecimento.

Em sua obra *Arqueologia do Saber*, publicado em 1969, encontram-se ideias determinantes para a AD, pois Foucault se ocupou em analisar as gêneses e as transformações dos saberes no campo das ciências humanas. Conforme Gregolin (2003, p. 27), *Arqueologia do Saber* é um livro de caráter teórico-metodológico, em que o autor reflete sobre seus trabalhos anteriores e sistematiza uma série de conceitos basilares para a abordagem do discurso. Sua preocupação fundamental, nesse momento, é a de analisar as condições de possibilidade dos discursos. Tais conceitos são discurso, enunciado, formação discursiva e saber, entre os principais. E, dentre eles, há um imprescindível para a formulação teórica foucaultiana, a formação discursiva. Ao formular esse conceito, Foucault pretendia definir a unidade do discurso tentando submeter os elementos do discurso a uma organização e percebeu que era necessário dar atenção às dispersões, ao que separa e ao que faz de cada enunciado ser único num dado momento. A arqueologia, assim, trata de *sistemas de dispersões*, não de quadros de diferenças, cadeias de inferência ou de qualquer forma contínua e linear de compreensão do discurso. Nesse sentido, para o autor

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2002, p.43).

Ao delimitar uma formação discursiva, o analista, tendo como base a análise proposta por Foucault, precisa delinear certa frequência de enunciado que se remeta a um mesmo objeto, enunciação ou conceito. Trata-se de produzir unidades a partir da fusão de regras, o que possibilitará encontrar diferentes discursos. Segundo Foucault (2002), todos os elementos que constituem a FD determinam uma aparente

regularidade que predomina, mesmo em face das transformações e apesar do caráter de heterogeneidade e multiplicidade as FD são singulares. Em Foucault (2002), o discurso se constitui como

um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”; este conjunto é limitado a um certo número de enunciados, além de ser “histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (FOUCAULT, 2002, p. 135).

Assim, o discurso possui condições de possibilidade e um lugar na história, que, nesse caso, é um lugar institucional que faz com que não se diga absolutamente qualquer coisa em qualquer lugar, o que pressupõe considerar as condições históricas para o aparecimento de determinado objeto discursivo. Essas condições de possibilidade estão inscritas no discurso. No discurso há dizeres que vem de diversos lugares, por isso, por meio das dispersões é que eles (res) significam e se configuram. É com base na descontinuidade que se percebe as regularidades discursivas as quais constituem princípios de construção e de dispersão. Desse modo, as regularidades e as dispersões indicam o lugar das formações discursivas. Para Foucault, por conseguinte, o discurso é definido como um conjunto de enunciados regulados numa mesma formação discursiva.

Diferentemente do que foi preconizado pela Linguística, o discurso, concebido pelo viés Foucaultiano, permite-nos entender que na zona do dizer há falhas, há equívocos e há silêncios. Logo, nenhuma linearidade ou transparência explica o funcionamento do discurso. Desse modo, Foucault (2002) analisa o discurso não como documento, mas como monumento, em que o conjunto de enunciados é produzido sob determinadas condições, ou seja, o discurso se constitui de acontecimentos reais e dispersos, não podendo ser investigado fora do tempo em que se desenvolveu.

Sendo então, o discurso é uma reunião de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva, e esta, um conjunto de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras, pode-se afirmar que uma das regras de formação do discurso é o enunciado. Dessa maneira, Foucault (2002) esclarece que

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita); (FOUCAULT, 2002, p.98)

Assim, temos o enunciado como a menor parte que se pode identificar em um discurso podendo ele ser separado, como também estar ligado a outros semelhantes a ele. Ainda em Foucault (2002, p.95) temos que “o limiar do enunciado seria o limiar da existência de signos”, não devendo ser ele confundido como uma proposição, frase ou ainda um *speech act*. Ele pode ter um significado sem se referir a uma frase, a um conjunto lógico-gramatical ou ainda a atos ilocutórios.

Segundo a teoria da AD, para que haja enunciado, é necessário que seja observado quatro princípios fundamentais que o caracterizam e o constituem. Em Fischer (2001) tais elementos são esboçados de acordo com o pensamento de Foucault

1. a referência a algo que identificamos (o referente, no caso, a figura de mestre associada à doação e amor);
2. o fato de ter um sujeito, alguém que pode efetivamente afirmar aquilo (muitos professores e professoras ocupam o lugar de sujeito desse enunciado, e o interessante neste caso seria, por exemplo, descrever quem são os indivíduos que ainda estão nessa condição; mesmo pessoas que não são professores, os "voluntários da educação", também se reconhecem nesse discurso, como tantas vezes vemos em reportagens de jornais e na televisão);
3. o fato de o enunciado não existir isolado, mas sempre em associação e correlação com outros enunciados, do mesmo discurso (no caso, o discurso pedagógico) ou de outros discursos (por exemplo, o discurso religioso, missionário, ou mesmo o discurso sobre a mulher, a maternidade, e assim por diante);
4. finalmente, a materialidade do enunciado, as formas muito concretas com que ele aparece, nas enunciações que aparecem em textos pedagógicos, em falas de professores, nas mais diferentes situações, em diferentes épocas (veja-se como a mídia se apropria desse discurso e o multiplica em inúmeras reportagens sobre pessoas que voluntariamente passam a dedicar-se ao trabalho de „educadores“) (FISCHER, 2001. p. 202).

Devido a esses elementos, é que se percebe como se produzem os sentidos nos enunciados. Diante disso, também, descrever enunciados é perceber suas especificidades e entendê-los como acontecimento, com algo que irrompe num

determinado tempo e lugar, ele está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro. O que possibilitará reconhecer enunciados vários em uma dada organização é o fato de pertencerem a uma formação discursiva, que integra conceitos como unidade e dispersão num determinado momento histórico o que estabelece uma ordem em seu aparecimento sucessivo em um arquivo. Foucault compreende o arquivo como

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos regulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (FOUCAULT, 2002, p.149).

Diante disso, o arquivo é o que permite reunir sentidos de tudo o que é dito numa diversidade de textos articulados, em torno de um tema ou acontecimento, e que vão se constituindo num sistema geral de formação e transformação dos enunciados.

O que Foucault (2002) indica, através de sua obra, é uma análise arqueológica que visa descrever formações discursivas individualizando-as. Desse ponto de vista, analisar o discurso é entender a lei que organiza a dispersão do discurso em conjuntos de “acontecimentos enunciativos”.

Análise de regularidades discursivas nos fragmentos de textos dos livros de descrição dos aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais

Pesquisamos, dentre os livros existentes, e destacamos cinco, os quais consideramos de grande circulação na comunidade surda e no país, são eles: “Por uma Gramática de Língua de Sinais” de Lucinda Ferreira Brito (1995); “Introdução à gramática de LIBRAS” de Tanya A. Felipe (1997); “Aspectos linguísticos da LIBRAS” de Karin Lilian Strobel e Sueli Fernandes (1998); “Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos” de Ronice Muller de Quadros e Lodenir Karnopp (2004); “LIBRAS Língua de Sinais A Imagem do Pensamento” de Catarina Kiguti Kojima e Sueli Ramalho Segala (2008).

Foi possível observar, pelos títulos das obras, que as autoras optaram por não usar o título “Gramática da LIBRAS”, devido ao fato de reconhecerem que, em vista de os estudos serem ainda recentes sobre a LSB, faz-se necessário descrever como essa língua se organiza (estrutura), quais são suas regras, sua modalidade e também apresentar a língua de sinais (LIBRAS) como língua natural fato que era desconhecido pela maioria das pessoas e, que por esse motivo, ocasionou crenças e preconceitos.

Nesse caso, o que foi produzido pelas autoras mencionadas anteriormente, configura-se em uma gramática descritiva, pois se referem à língua (com suas regras e exceções utilizadas pelos falantes) tal qual é utilizada em determinado momento histórico. Vale destacar que muito ainda há a se discutir para que se possa pensar na produção de uma gramática normativa da LIBRAS.

Os aspectos linguísticos da LIBRAS foram sistematizados, nesses livros, de maneira análoga. Em dois desses livros, o I e o IV, há referência expressa às pesquisas pioneiras de William Stokoe, (bem como a comparação com a língua de sinais americana (ASL), visto que os estudos de Stokoe foram realizados com tal língua de sinais), conforme descrição, na seção 1 deste trabalho. Também as concepções de linguagem e língua são abordadas além da modalidade de língua diversa da oral, visto que a língua brasileira de sinais é espaço-visual. Os níveis linguísticos, fonológico, morfológico e sintático são abordados pelos cinco livros de forma diversa.

Nos livros de descrição da LIBRAS, o discurso é construído a partir da comparação feita com as línguas orais. Os contrastes são bastante explorados uma vez que buscam a consolidação das línguas de sinais como línguas naturais e, observa-se que o que existe de teorias linguísticas já estabelecidas, encontra embasamento nas línguas orais-auditivas.

Quanto à organização dos livros, há uma regularidade observada. Em primeiro lugar a afirmação de serem as línguas de sinais línguas naturais. Isso se deve ao fato de as línguas de sinais por um longo período terem sofrido fortes preconceitos por conta de sua modalidade que é espaço-visual o que favorece a iconicidade.

Os fragmentos de textos foram selecionados da seguinte forma: 1. aqueles que se referem às línguas de sinais como sendo línguas naturais; 2. aqueles que se referem à modalidade das línguas de sinais em contraposição com a modalidade oral-

auditiva; 3. aqueles que se referem às crenças e aos preconceitos que envolvem as línguas de sinais; 4. aqueles que se referem à estrutura interna dos sinais na LIBRAS; 5. aqueles que se referem à presença do sujeito surdo nos livros de descrição da LIBRAS.

Todo o embasamento teórico para tratar dos níveis linguísticos na Língua Brasileira de Sinais foi construído a partir das pesquisas realizadas por Willian Stokoe e das teorias linguísticas que tratam das línguas orais.

Neste artigo, para nos referirmos aos livros analisados, convençionamos tratar o livro “Por uma gramática de Língua de Sinais” de Lucinda Ferreira Brito (*Livro I*), “Introdução à gramática de LIBRAS” de Tanya A. Felipe (*Livro II*), “Aspectos linguísticos da LIBRAS” de Karin Lilian Strobel e Sueli Fernandes (*Livro III*) , “Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos” de Ronice Muller de Quadros e Lodenir Karnopp (*Livro IV*) e o livro “LIBRAS Língua Brasileira de Sinais A imagem do pensamento” de Catarina Kiguti Kojima e Sueli Ramalho Segala (*Livro V*).

No que se refere à análise discursiva, optamos por utilizar as teorias de Foucault em discurso, arquivo, sujeito, formação discursiva e enunciado. E na teoria de Pêcheux utilizaremos as condições de produção, memória discursiva e o interdiscurso. Os procedimentos adotados para análise foram dispostos do seguinte modo: primeiro, selecionamos os parâmetros textuais, como organização textual, as estratégias de formação discursiva, os operadores e modalizadores discursivos; segundo, buscamos as regularidades discursivas; e terceiro, as condições de produção. Desse modo, a metodologia escolhida é a de pesquisa bibliográfica e a análise discursiva foucaultiana. A partir disso, acreditamos poder reconhecer e apontar as regularidades encontradas nos textos, situadas nos livros I, II, III, IV e V de descrição da Língua Brasileira de Sinais.

Fragmentos de textos relativos às Línguas de Sinais como Línguas naturais

Neste primeiro momento, abordamos os discursos dos livros por meio da seleção dos enunciados *língua (s) de sinais* e *língua (s) natural (is)*. Lembrando que ao se referir às línguas de sinais também estamos nos referindo à LIBRAS, já que a mesma é uma língua de sinais e, no caso, é a língua de sinais da comunidade surda brasileira, por esse motivo apresenta a sigla (LIBRAS). A análise aconteceu a partir

da busca dos fragmentos de textos sobre as línguas de sinais presentes nos livros de descrição da LIBRAS.

O enunciado “língua (s) de sinais” começou a circular com mais frequência nos livros e na sociedade em geral, após sua primeira descrição feita pelo linguista William Stokoe, por meio de um artigo publicado em 1960, sobre a ASL (Língua de Sinais Americana), nos Estados Unidos. A expressão foi difundida devido à imensa repercussão que seu artigo causou no meio acadêmico e nas demais comunidades surdas presentes nos seis continentes, isso devido à existência de surdos em todo o planeta. Posteriormente, com o advento da Inclusão (social, escolar), houve a necessidade de se oferecer a chamada “Educação para todos” firmada em 1990, por meio da Declaração sobre Educação para Todos e reafirmada na Declaração de Salamanca, realizada em 1994. A partir disso, era imprescindível que todas as pessoas com necessidades especiais fossem incluídas nas escolas regulares para receber atendimento igualitário. Nessa inclusão, estavam os cegos, os surdos, cadeirantes, as pessoas com síndromes diversas etc. Dentre esses, que já demandavam profissionais habilitados para o seu atendimento, havia os surdos que necessitavam de algo a mais em relação às outras pessoas, necessitavam de um profissional que os atendesse em sua peculiaridade linguística, pois são usuários de uma língua que não é oral, uma língua espaço visual, a língua de sinais. Desse modo, iniciou-se um processo de conhecimento dessa língua e desse sujeito usuário dessa língua, uma vez que para viabilizar a comunicação havia a necessidade de ter tradutores/intérpretes de LS. No entanto, a língua de sinais era desconhecida naquele momento e, por isso, muitas crenças e preconceitos a rondavam. É relevante lembrar que no Brasil, nessa época, a língua de sinais ainda não tinha sua nomenclatura definida como LIBRAS. O fato de essa língua não ser oral, ser diferente do que era considerado “normal”, que, nesse caso, eram as línguas orais, dificultava o processo de inclusão, devido ao fato de uma minoria se interessar em aprender uma língua considerada ilegítima, limitada, considerada como a “linguagem” dos surdos-mudos.

A partir dessa necessidade, a comunidade surda brasileira se mobilizou em vários cenários para tornar a língua de sinais (LIBRAS) conhecida, desmistificada e, assim, respeitada. Dessa forma, as pesquisas em torno da LIBRAS se intensificaram no intuito de provar que a língua de sinais não era somente pantomima, ou

gesticulação, mas, sim língua natural. Todos os esforços para que isso ocorresse culminou com a criação da Lei nº 10.436/02 que reconhece a LIBRAS como meio de comunicação e expressão da comunidade surda e como segunda língua oficial do Brasil.

Foi com base no exposto que conseguimos entender a possibilidade do aparecimento desse enunciado (*“língua(s) de sinal(is)”*). Antes do surgimento dessa mobilização da comunidade surda no Brasil, não havia espaço histórico-social que permitisse essa existência. Trata-se, nesse contexto, de compreender a singularidade da existência desse enunciado, suas condições de produção que, neste trabalho, citamos por intermédio de Pêcheux (2009).

Quanto ao enunciado *“língua (s) natural (is)”*, percebemos que o mesmo tem seu efeito de sentido construído a partir da existência do enunciado *“língua(s) de sinais”* que de acordo com o momento sócio-histórico mencionado teve seu aparecimento devido à necessidade de as línguas de sinais se firmarem como língua, pois, como citado anteriormente, as línguas de sinais não eram consideradas língua(s) natural (is). Somente após diversos estudos comparativos, os pesquisadores das línguas de sinais como Quadros e Karnopp (2004) embasados na definição de língua natural dada por Chomsky (1957) em que língua natural é *“um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos”*, concluem que, as línguas de sinais respondem a esta definição podendo, assim serem consideradas línguas naturais. O fato de as autoras se embasarem em outro autor nos fragmentos dos textos nos permite perceber a heterogeneidade do sujeito e as diferentes vozes que o constituem.

Assim, *“língua natural (is)”* constitui um enunciado que está inscrito na formação discursiva de línguas de sinais, visto que ajuda a construir um discurso que tenta cientificizar a LIBRAS. Nessa perspectiva, as condições de produção em que são produzidos os livros sobre os aspectos linguísticos da LIBRAS marcam o contexto imediato.

Foram selecionados cinco fragmentos de texto para análise, retirados dos cinco manuais de descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS. As formulações foram construídas estrategicamente a partir dos enunciados *“língua(s) de sinais”* e *“línguas naturais”* que acionam efeitos de sentidos produzidos em decorrência da ideologia dos

sujeitos envolvidos e da maneira como compreendem a realidade político e social em que se encontram. Para tanto, há a utilização de fundamentos linguísticos já estabelecidos por enunciadores/sujeitos que representam o poder no discurso e que tem legitimidade para enunciar, ou seja, são vozes acionadas a partir do lugar institucional de onde falam e assim representam o poder instituído. É por meio deste poder que há o estabelecimento das condições de verdade do discurso, uma vez que para Foucault “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 2012, p. 54). Assim, percebe-se que as relações de poder é que constituem o efeito de verdade nos discursos.

Livro I

[...] LIBRAS é uma **língua natural** com toda a complexidade que os sistemas linguísticos que servem à comunicação e de suporte de pensamento às pessoas dotadas da faculdade de linguagem possuem (BRITO, 1995, p.11).

Livro II

Pesquisas sobre as **línguas de sinais** vêm mostrando que estas línguas são comparáveis em complexidade e expressividade a quaisquer línguas orais (FELIPE, 1997, p.81).

Livro III

[...] LIBRAS é **uma língua natural** com toda complexidade dos sistemas linguísticos que servem à comunicação socialização e ao suporte do pensamento de muitos grupos sociais. (STROBEL; FERNANDES, 1998, p.37)

Livro IV

As línguas de sinais são consideradas **línguas naturais** e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação, conforme discutido anteriormente (...) (QUADROS;KARNOPP, 2004 p. 30)

Livro V

A **Língua de Sinais** é a **língua natural** da comunidade surda. Esta língua, com *regras morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias*, possibilita o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda, favorecendo o acesso desta aos conceitos e aos conhecimentos existentes na sociedade. (KOJIMA; SEGALA, 2008, p. 04)

Os fragmentos selecionados dos livros de descrição da LIBRAS são construídos a partir da comparação feita entre línguas de sinais e línguas naturais ou línguas orais (essas expressões são intercambiáveis nesse contexto). Tais

comparações podem ocorrer de forma expressa por meio de modalizadores discursivos, a saber, como, quanto...ou de maneira implícita, sempre estabelecendo as semelhanças e as diferenças para traçar o paralelo dos enunciados.

Dessa forma, nos fragmentos escolhidos, a comparação se repete no que se refere à afirmação de que as línguas de sinais são línguas naturais apresentando regularidade através dos vocábulos “complexidade”, “sistema” e “comunicação” que são característicos da área das correntes linguísticas que declaram as línguas naturais possuírem tais atributos por possuírem regras, estruturas próprias e atingirem seu objetivo como língua que é estabelecer a comunicação.

Na formulação, “LIBRAS é uma língua natural com toda a complexidade que os sistemas linguísticos que servem à comunicação e de suporte de pensamento às pessoas dotadas da faculdade de linguagem possuem” (BRITO, 1995, p.11) não está expressa a comparação, porém conseguimos recuperá-la ao perceber que há referência a sistemas linguísticos no plural, logo, fala-se em outro sistema linguístico, tratando-se do sistema linguístico oral. É possível, por meio do não dito, entender que se há a afirmação de que a ‘LIBRAS é língua natural com toda a complexidade’, é para contrapor um discurso que diz o contrário e que se faz presente no interdiscurso como dito por Pêcheux (2009) pré-construído, como aquilo que fala antes, em outro lugar e que preexiste ao sujeito. No decorrer da formulação, ‘que servem à comunicação e de suporte de pensamento às pessoas dotadas da faculdade de linguagem possuem’ revela uma crença de que os surdos não eram pessoas consideradas dotadas da faculdade de linguagem, eram considerados incapazes e, por isso, não se comunicavam satisfatoriamente, só se comunicavam através de mímicas.

Em “pesquisas sobre as línguas de sinais vêm mostrando que estas línguas são comparáveis em complexidade e expressividade a quaisquer línguas orais” (FELIPE, 1997, p.81), percebe-se que persiste o pressuposto de que as línguas de sinais ainda estão se estabelecendo como línguas complexas e expressivas e que, sendo desse modo, tais línguas eram consideradas como linguagem e, que de acordo com as confirmações das pesquisas linguísticas já estão alcançando o nível de se compararem às línguas orais, posição que garante ser “língua natural”.

Nos fragmentos do livro III e do livro V, percebe-se uma dispersão presente no enunciado através da expressão “*grupos sociais*” e “*comunidade surda*”, isso revela o lugar que o sujeito dessa enunciação ocupa, pois em Foucault (2002) temos que “um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições, e assumir o papel de diferentes sujeitos” (FOUCAULT, 2002, p.107). Provavelmente, esse sujeito fala no discurso como integrante dessa comunidade, sendo esse seu lugar social. Também ao reconhecer a importância dessa língua com suporte de pensamento para essa “pessoa surda”, inferimos que o surdo então, não era considerado como pessoa pensante necessitando para seu desenvolvimento cognitivo ter uma língua própria, vemos a valorização atribuída a essa língua o que demonstra uma posição-sujeito assumida. É o que se confirma nas palavras de Fernandes (2007)

[...] É no social que se definem as posições-sujeito, não fixas, marcadas por mutabilidade, e a análise de discursos deve fazer aparecer esses elementos e explicitar suas formações e transformações históricas. (FERNANDES, 2007, p.32)

Desse modo, fica explícita a heterogeneidade constitutiva do sujeito, aquele que se encontra autorizado a falar em um determinado lugar, no caso, a comunidade surda da qual sabemos que a autora faz parte, sendo ela surda, filha de surdos, e irmã de surdo, professora, formadora de tradutores/intérpretes de LIBRAS e num determinado momento histórico que possibilitou o aparecimento da língua de sinais como língua completa, complexa e, por conseguinte, ‘natural’ a partir das teorias linguísticas. Ainda no fragmento do livro V, percebe-se pelo ‘favorecendo o acesso desta aos conceitos e aos conhecimentos existentes na sociedade’, que antes os surdos não tinham acesso aos conceitos e conhecimentos da sociedade, por conta de serem forçados a utilizar uma língua oral que não lhes proporcionava um entendimento pleno e satisfatório do mundo que os cercava.

Considerações Finais

Neste trabalho, foi nosso intuito conhecer a descrição dos aspectos linguísticos da LIBRAS por meio da pesquisa de livros cujos autores tiveram a árdua tarefa de abordar uma língua envolta em diversas crenças e preconceitos e, além disso, encontrar as regularidades dos discursos que envolvem as línguas de sinais. Por

possuir uma modalidade diferente da língua oral, a língua de sinais tem sido, ao longo dos anos, marginalizada e estigmatizada por uma maioria ouvinte. Percebemos que diversos são os discursos sobre a LIBRAS e sobre os surdos. Por isso, propusemos a analisar, de acordo com a teoria da ADF, os inúmeros discursos presentes nos livros de descrição da LIBRAS.

Para proceder às análises, utilizamos a teoria da ADF e, mobilizamos os elementos propostos por Foucault (2002) dentre eles, arquivo, que neste trabalho constituem os livros de descrição da LIBRAS, as formações discursivas através dos fragmentos de textos dos referidos livros e os enunciados presentes nos fragmentos de textos. Em Pêcheux (1999; 2009), abordamos os conceitos de memória discursiva, interdiscurso e condições de produção, os quais possibilitaram entender que os discursos acerca da LIBRAS repousam em uma memória coletiva, como por exemplo, as crenças e preconceitos sobre a LIBRAS, que são acionados pelos sujeitos produzindo efeitos de sentidos que se constituem no interdiscurso que é o conjunto do dizível tanto histórico como linguístico.

Foi possível constatar, a partir da formação discursiva averiguada nos fragmentos de textos dos livros que descrevem os aspectos linguísticos da LIBRAS que há regularidades e dispersões ocorrendo de forma simultânea. A LIBRAS é firmada como língua natural, como possuidora de uma modalidade espaço-visual, há a tentativa da desqualificação das crenças e preconceitos existentes sobre a LIBRAS, sendo apresentada a estrutura interna da LIBRAS, reiteradamente, bem como os níveis linguísticos fonológico, morfológico, sintático e semântico que também ocorrem na LIBRAS.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Tradução de J.J.Moura Ramos. Lisboa/Campinas: Ed. Presença/Martins Pontes, 1992.
- AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. In Revistas Eletrônicas Filogenese. Vol. 6, nº 2, 2013.p. 148-162.
- BRASIL. Lei nº. 10.436, de 24 abr. de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002.
- FELIPE, Tanya Amara. Introdução à Gramática da LIBRAS. In: Educação Especial, vol. III. Série Atualidades Pedagógicas, 4. Brasil, SEESP, MEC, 1997.
- FERNANDES, C.A. Análise do Discurso: reflexões introdutórias. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

- FERREIRA, L. Por Uma Gramática de Línguas de Sinais. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. Cadernos de Pesquisa, n. 114, nov, 2001. Disponível em:<<https://www.scielo.br>> Acesso em 25/05/2016
- FOUCAULT, M. A ordem do discurso. Leituras Filosóficas. 6a Ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. A arqueologia do saber. 5a Ed. RJ: Forense Universitária, 2002.
- _____. As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9a Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. Microfísica do poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25a Ed. SP: Graal, 2012.
- GREGOLIN, M.R. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C.A. e SANTOS, J.B.C.(Org.). Teorias Linguísticas: problemáticas contemporâneas. Uberlândia: UFU, 2003.
- ORLANDI, E. P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. E.P. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.
- PECHEUX, Michel. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 2. ed. Ver. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. Por uma análise automática do discurso. Trad. de Bethânia S. Mariani [et el.] Campinas : Editora da UNICAMP, 1990.
- _____. Papel da memória. In: Achard, P. et al. Papel da memória (Nunes, J.H., Trad. e Intr.). Campinas: Pontes, 1999.
- _____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4a Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.
- _____. Michel. O Discurso: Estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 6a Ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2012.
- _____. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: Anais do I SEAD - Seminário de Estudos em Análise de Discurso, 1, 2003, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, nov. 2003, p. 10-13. 1 CDROM.
- QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SEGALA, S. R.; Kojima, Catarina Kiguti (Org.). Libras Língua de Sinais A Imagem do Pensamento. 2. ed. São Paulo: Escala, 2008.
- STROBEL, K. L.; FERNANDES, Sueli. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.